



EDUCAÇÃO POPULAR NO CONTEXTO DA SAÚDE COMO UM ESPAÇO PEDAGÓGICO POR EXCELÊNCIA

Aline Moreschi Vivan¹
Geraldo Antônio da Rosa²

Resumo: O presente artigo traz um recorte de minha dissertação, a qual investiga de que maneira a mediação pedagógica na educação pré-natal pode contribuir a partir da perspectiva de uma educação popular. Busca-se pensar em possibilidades de apoio e potencialização do objeto de estudo que investiga os princípios, as práticas de cuidado com os usuários frente aos programas de saúde pública, além de analisar a importância do pedagogo e sua atuação, com vistas a fortalecer e expandir vínculos dentro da perspectiva da educação popular. Tal educação é propulsora e busca superar a desigualdade, enfatizando e preconizando espaços acolhedores, de participação, compreendida pelo trabalho social com intenção e direcionamento. Este artigo traz uma visão investigativa, de escuta atenta e aberta, ao mesmo tempo humana, que constrói novos sentidos e práticas a partir da atuação do pedagogo e que impulsionam e promovem a contribuição ao Sistema Único de Saúde. Propõem-se, também, mudanças na área educacional, a partir do trabalho desenvolvido por esse pedagogo frente à educação popular, defendendo a liberdade e a autonomia trazidas por Freire. Freire ajuda-nos a refletir sobre o sujeito, acerca da dimensão humana e social; é preciso refletir sobre as políticas propostas, tanto em âmbito educacional quanto social. Procura-se o melhor aos sujeitos sempre, por meio de criação de políticas públicas que emergem de discussões, novas organizações e constantes mudanças.

Palavras-chave: Pedagogo, Educação Pré-Natal, Educação Popular.

Abstract: This article brings an excerpt from my dissertation, which investigates how pedagogical mediation in prenatal education can contribute from the perspective of popular education. We seek to think about possibilities of support and enhancement of the object of study that investigates the principles, practices of care for users in relation to public health programs, in addition to analyzing the importance of the pedagogue and his performance, with a view to strengthening and expanding links within the perspective of popular education. Such education is propelling and seeks to overcome inequality, emphasizing and recommending welcoming spaces, of participation, understood by social work with intention and direction. This article brings an investigative vision, of attentive and open listening, at the same time human, that builds new meanings and practices from the pedagogue's performance and that drive

¹ Secretária da Educação, Cultura e Desporto de Fagundes Varela; Mestranda pelo do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu) pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). amvivan@ucs.br

² Doutor em Teologia pela EST-RS. Pós-Doutor em Humanidades na Universidade Carlos III – Madri Espanha. Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul. garosa6@ucs.br.

Revista Gepesvida

and promote the contribution to the Unified Health System. Changes in the educational area are also proposed, based on the work developed by this pedagogue in relation to popular education, defending the freedom and autonomy brought by Freire. Freire helps us to reflect on the subject, on the human and social dimension; it is necessary to reflect on the proposed policies, both in the educational and social spheres. The best is always sought for the subjects, through the creation of public policies that emerge from discussions, new organizations and constant changes.

Keywords: Pedagogue, Prenatal Education, Popular Education.

INTRODUÇÃO

Este artigo é um recorte teórico de minha dissertação de Mestrado em Educação, PPGEduc, da Universidade de Caxias do Sul (UCS), a partir do qual abordo o contexto de saúde popular, destacando a importância do pedagogo, a fim de efetivar um processo de educação não formal e, assim, fortalecendo e expandindo vínculos ao longo das nossas vidas; uma proposta que integra pedagogo, pré-natal e a educação popular como palavras-chave.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa bibliográfica e documental concerne à Educação Popular, um espaço por excelência para o pedagogo, a partir de estudos em Freire. A base freiriana visa dar autonomia ao ser humano, e não tão somente isso: a metodologia freiriana ensina o humano a deixar de ser passivo, dando-lhe oportunidades de transformar o ambiente em que vive, tornando, assim, o indivíduo capaz de tomar decisões crítico-reflexivas ao longo da vida.

Como eixo norteador, trabalhei com o problema de pesquisa: de que maneira a mediação pedagógica na educação pré-natal pode contribuir a partir da perspectiva de uma educação popular? E como objetivo, desta proposta procurei contextualizar a educação pré-natal enquanto experiência em Saúde Pública e a possível inserção do pedagogo, fundamentado na concepção da educação e na educação pré-natal.

POSSÍVEIS DIRETRIZES PARA A ATUAÇÃO DO PEDAGOGO NO ESPAÇO DE SAÚDE

A educação popular em saúde pode ser considerada “um caminho capaz de contribuir com metodologias, tecnologias e saberes para a constituição de novos sentidos e práticas no âmbito do SUS” (BRASIL, 2012, p. 3). Paulo Freire, incansável defensor

Revista Gepesvida

da liberdade, da autonomia do ser humano, filósofo e educador, concebe o homem como ser social, finito, inconcluso, mas consciente desta sua inconclusão. Esse pensamento de Freire traz o ideal emancipatório, uma vez que a educação popular pode trazer questões sociais a serem problematizadas.

Vasconcelos (2009) aponta que as práticas educativas em saúde foram construídas de maneira dialógica:

Começaram a surgir modos de enfrentamento dos problemas de saúde que mostravam uma surpreendente capacidade de promover a saúde de uma maneira ainda não conhecida na tradição da saúde pública e das várias profissões de saúde, que sempre viram a população como uma massa de carentes que precisava ser ensinada e transformada a partir do saber técnico. Eram práticas extremamente participativas e que contemplavam dimensões e necessidades desprezadas pela medicina oficial. Resultavam em mobilizações comunitárias e movimentos que enfrentavam dimensões coletivas do processo de adoecimento ainda não conhecidas. Formavam pessoas e grupos extremamente ativos e altivos, protagonistas de um modo de ser saudável ainda não vislumbrado pela medicina. (VASCONCELOS 2009, p. 32).

Tais práticas foram embasadas na Educação Popular, pela capacidade de construção coletiva e eficácia significativa, que trabalha o ser humano na busca de aprendizados e investigações que fomentem o respeito à cultura popular e promovam análise crítica. Este mediador é um desafio, pois exige um olhar atento e sensível durante a condução das discussões. Na saúde, a educação permanente traz como objetivo transformar práticas e organizações, apresentando-se como uma proposta de ação estratégica que contribui na transformação de práticas pedagógicas e de saúde, construindo, assim, uma estratégia de ação-reflexão-ação.

Em 1991, surge o movimento para educação popular, que toma forma em 1998, passando a se chamar Rede de Educação Popular em Saúde, com a participação de um grupo que acreditava nesta estratégia, um melhor caminho para os usuários do SUS, ofertando mais qualidade, participação e vida saudável.

Neste âmbito do SUS, a educação popular é um caminho para a constituição de novos sentidos e práticas, um caminho de construção de saberes. Portanto, podemos relacionar e refletir as questões sociais trazidas pelo educador Paulo Freire quando fala em Educação Popular. Essa perspectiva de trabalho embasa e problematiza questões de cunho social, tendo um ideal emancipatório na relação entre opressores e oprimidos.

A educação popular constitui-se como as formas participativas, com o diálogo

Revista Gepesvida

sobre fazer saúde. Esses movimentos coletivos promovem ações e contribuições ao sistema de saúde, de modo que críticas e consolidações aparecem nesses debates, criando espaços dinâmicos, equidade e agenciam uma sociedade protagonista e fortalecida. Dessa forma, não apenas se torna uma prática de interação e respeito, mas (re)organiza condutas, cuidados, posturas de gestão quanto à participação social dentro do contexto da saúde.

Se pensarmos nas décadas de 1950 e 60, podemos lembrar movimentos que impulsionaram o campo da cultura popular. Paulo Freire qualificou e sistematizou essa educação popular a partir de uma perspectiva emancipatória de análise e de construção junto à população e que, posteriormente, gerou sua obra *Pedagogia do Oprimido*.

Ainda na década de 1960, com o Golpe Militar vários simpatizantes, políticos e intelectuais foram perseguidos por labutarem em uma perspectiva da Educação Libertadora junto aos movimentos sociais. Entretanto, no Brasil, assim como na América Latina, podem-se desenvolver muitas experiências educativas e, portanto, o movimento tomou forma e resistência.

Nessa perspectiva, a educação popular torna-se um movimento coletivo e social, um marco importante para as possíveis transformações sociais, baseada na democracia e na perspectiva do protagonismo. A partir dos anos 1970, essa urgência por qualificar cada vez mais essa educação popular emerge com abundância. Sistemas precários de saúde pública e inserções do mercado de trabalho marginal aparecem. Destacam-se, a partir destes, alguns movimentos de reformas sanitárias dentro do quesito saúde. Muitas práticas reflexivas e comunitárias surgem para embasar e qualificar essa educação popular e findar com a exclusão social e com a situação opressora existente.

Além dos movimentos sociais de discussão e melhora, ganha-se melhor organização quando se fundam espaços aparelhados, sistematizados e produtores de conceitos fundamentais para as lutas populares. Tais espaços tomam maior proporção na década de 1990, momento em que, dentre os aspectos norteadores, se buscava uma intensa integração dos profissionais da saúde, além de uma participação mais ativa e intensa. Em decorrência, nos anos de 2002 e 2003, outros conselhos foram discutidos e implantados, sendo um deles a constituição de um espaço para a gestão do sistema, a fim de os movimentos sociais populares poderem articular e mobilizar os movimentos e práticas na saúde popular, sendo constituída a Articulação Nacional de Movimentos e Práticas de

Revista Gepesvida

Educação Popular em Saúde (ANEPS).

Após esses marcos importantes de institucionalização, a educação popular em saúde estabelece um contexto de participação e cuidado integral à saúde; é, então, proposto um processo de trabalho democrático e participativo que busca refletir e qualificar as interlocuções, além de acompanhar o processo de formulação dessas políticas.

Retomando os pensamentos e ensinamentos de Freire, se pararmos para refletir sobre o que acabo de destacar no contexto saúde, de educação popular, isso nos permite lembrarmos alguns embasamentos como movimentos coletivos, de visibilidade de ações, de rodas de conversa, de ações proporcionadas pelos ensinamentos de Freire e que articulam uma mobilização coletiva em defesa dos direitos dos cidadãos. A pedagogia freiriana permite-nos unir a teoria à prática, trazendo historicidade, contextos e articulações políticas na busca de consolidações e produções de conhecimento a partir de espaços e práticas que dão maior visibilidade aos movimentos populares.

Inse-re-se, aqui, o sentido da ação-reflexão-ação, em que a prática popular se constrói junto ao povo, e não para o povo; deve-se partir de uma prática desenvolvida em cunho social de modo a interagir para a vida e para a luta social capaz de pensar e agir de forma participativa e evolutiva do ser.

A Educação Popular em Saúde pressupõe o conhecimento como produção histórico-social dos sujeitos construído a partir do diálogo. “O diálogo é o encontro dos homens mediatizados pelo mundo para pronunciá-lo, não se esgotando, portanto na relação eu/tu e por seu inacabamento o sujeito está sempre se construindo mediatizado pelo mundo” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2012, p. 10).

O diálogo sempre pressupõe a natureza do ser mais, do reconhecer as diferenças, do compreender, do promover a esperança e o amor não só às pessoas, mas ao mundo. Dessa forma, a educação popular em saúde pode viabilizar possibilidades de construções coletivas, de cuidados fomentados a partir de diálogo, de processos de trocas participativas e humanas, e não sustentadas em práticas autoritárias que venham a oprimir o ser.

Um trabalho voltado ao pensar nas emoções, ao estabelecer e fortalecer vínculos entre pares, voltado à integração, à dinâmica da vida, de forma a preservar e promover vínculos de solidariedade ao próximo, práticas educativas emancipatórias que sejam

Revista Gepesvida

geradas a partir desta estruturação integral e coletiva.

Nesse compasso, o trabalho com as emoções passa a ser complexo, sendo possível a condução do mediador/figura do pedagogo com o processo de formação e de conhecimento pertinente para mediar essa complexidade, rompendo posturas somente práticas e dando espaço às subjetividades decorrentes, captando medos, angústias, paixões, alegrias dentro de tal contexto das emoções. Arruda (2004) é quem explica que as

(...) pessoas trazem consigo muitas histórias, percepções e emoções que podem tornar-se instrumentos valiosos, pois são capitais intangíveis que precisam ser estimulados para vir à tona, principalmente porque poderão tornar-se importantes âncoras para a reflexão aberta pela prática da mediação (ARRUDA, 2004, p. 183).

Reportando-se ao desenvolvimento emocional, entendemos que é necessário ter um ambiente harmonioso, que facilite e conduza os processos e o amadurecimento da criança. A história da criança inicia com a total dependência em relação a um adulto, mas que, por sua vez, faz a mediação de sua dependência a cada dia. A necessidade de afeto e amor é mais forte do que a necessidade de se alimentar. Antes mesmo de nascer, as dependências caracterizam-se em aspectos físicos e corporais em torno do bebê. Ao nascer, cabe à mãe conduzir as necessidades imediatas do bebê e, à medida que o tempo passa, a figura materna nutre esse amor, fazendo com que seu bebê se sinta confortável e confiante.

(...) A cada criança que nasce, a vida e o mundo começam mais uma vez e nós, adultos, nos surpreendemos, nos questionamos, nos aventuramos por caminhos que nos ajudem a entendê-las. (FRIEDMANN, 2020, p. 17).

As primeiras memórias de um bebê iniciam ainda no útero. O bebê reconhece o ritmo cardíaco do coração de sua mãe, a sintonia perfeita entre ambos; os bebês, em início de suas vidas, vivenciarão experiências a todo tempo, as quais ficarão armazenadas em seu sistema de memórias e que mais tarde lhe trarão confiança.

As interações vivenciadas entre mãe e bebê são essenciais e influenciam a estrutura do vínculo afetivo; por isso, se faz especialmente necessário estar presente, ninar, pegar no colo, tudo em especial no primeiro ano de vida do bebê.

Winnicott, pediatra e psicanalista, em sua teoria do amadurecimento pessoal dá ênfase à maternagem, que significa a relação entre mãe e bebê, porque, assim, o cuidado

Revista Gepesvida

da materno em relação ao seu bebê potencializa para que ocorra um desenvolvimento saudável; considera-se que a maternagem é, de fato, essencial frente ao desenvolvimento da criança.

Toda emoção traz consigo ações humanas, posto que, “para conhecer a emoção, deve-se observar a ação, e para conhecer a ação, observa-se a emoção” (ARRUDA, 2004, p. 170). Para compreender as atividades humanas, sempre devemos observar as emoções; desse modo, é possível percebermos quais ações estão presentes naquela emoção. As mães o demonstram por intermédio de suas posturas, ações naturais quando conversam, tocam e alimentam seus bebês, momentos em que estão transmitindo carinho, afeto e amor.

A função de mediar permite conduzir, intervir de forma condutora, incluindo o sujeito que precisa desejar e estar emocionado, vinculado a determinadas ações, podendo ser este o trabalho desenvolvido pelo pedagogo junto à educação pré-natal no âmbito do SUS.

Arruda (2004, p. 176) cita que “mediação [deve ser entendida] como prática construída e incorporada pela subjetividade dos sujeitos”. Além de ambos estarem abertos ao trabalho conjunto, é preciso atentar às diferenças. A mediação precisa seguir um processo de conversa, de diálogo; o mediador, portanto, tem de ser capaz de praticar em sua mediação processos singulares em relação às emoções. É preciso reconhecer que o sujeito é autor frente ao processo, e não apenas ator: “(...) A mediação não é apenas um processo que se realiza no campo de atuação ou uma prática objetiva, mas também um processo subjetivo” (ARRUDA, 2004, p. 176).

Cada sujeito traz consigo uma pluralidade, uma facilidade de se adaptar e de se reconstruir. Cabe ao mediador, frente a este processo, manter seu olhar atento e deixar fruir suas potencialidades em seu sujeito, a emoção que atua nas singularidades.

Se pensarmos na intenção da Política Nacional de Educação Popular em Saúde (PNEPS), como objetivo e intenção ao seu desenvolvimento está a participação de todos. Reportando-se ao Brasil, está a participação social, trazida pela PNEPS e prevista no artigo 198 da Constituição de 1998, em que a participação da comunidade é uma diretriz do SUS.

Winnicott (2020) explica que o fato de os bebês serem desejados e amados por

Revista Gepesvida

sua mãe e pai nutre a criança e propicia que ela possa vir a se tornar um indivíduo que não apenas cumprirá seu destino, mas seguirá os passos que lhe foram legados, e esse sentimento de pertencimento chama-se amor.

A PNEPS reafirma o compromisso com a universalidade, a equidade, a integralidade e a efetiva participação popular no SUS. Propõe uma prática político pedagógica que perpassa as ações voltadas para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a partir do diálogo entre a diversidade de saberes valorizando os saberes populares, a ancestralidade, o incentivo à produção individual e coletiva de conhecimentos e a inserção destes no SUS (BRASIL, 2012, p. 14).

Essas diretrizes espreitam a práxis desta educação popular e na saúde estruturada nos pressupostos trazidos pela PNEPS, sendo eles: o diálogo, que constitui culturalmente os sujeitos; a amorosidade, que fortalece o afetivo, que acolhe, possibilitando a confiança; a problematização, que surge através do diálogo e das críticas construtivas; a construção compartilhada do conhecimento, que consiste na troca e na interação de saberes, com objetivo coletivo de transformar e compreender; a emancipação, que fortalece mais uma vez o coletivo, a conquista de um grupo pela libertação de qualquer forma de opressão; e o compromisso com a construção do projeto democrático e popular, que é o reforçar do compromisso da PNEPS na busca por uma sociedade mais igualitária.

A partir dos eixos expostos, podemos destacar que se sentir pertencente ao desenvolvimento dessas práticas em saúde popular são importantes articulações para a promoção dela. Mas, mesmo com todos os esforços fixados a partir destas políticas públicas, ainda existe um desafio na busca por mais equidade e humanidade – uma sociedade mais justa que pense valores coletivos, e não individuais apenas.

Os ambientes locais são estratégias para se colocarem em prática essas ações. Em esfera federal ou estadual fundam-se as estratégias e os programas, mas os territórios se fazem necessários para tais articulações, colocando em prática essa perspectiva de fortalecimento.

A Educação Popular busca trabalhar pedagogicamente o ser humano, fomentar a construção da investigação e do aprendizado, de modo a respeitar a cultura popular e promover a capacidade de análise crítica, de luta e de enfrentamento dos sujeitos (STHAL, 2017, p. 127).

A educação popular enfatiza e preconiza a criação de espaços acolhedores, que promovam as trocas e possibilitem a reflexão, compreendendo o ser humano em sua integralidade, fomentando o seu protagonismo e o cuidado com a saúde. Se cada local

Revista Gepesvida

puder apoiar, sistematizar e criar serviços e ações que potencializem cada vez mais essas práticas populares voltadas ao cuidar, farão gerir os serviços locais e, por sua vez, aprimorar o âmbito SUS; afinal, cabe ao Ministério da Saúde promover políticas públicas, às Secretarias Estaduais pactuar e garantir a inclusão das mesmas, e às Secretarias Municipais implementar as estratégias e ações necessárias, bem como monitorar e avaliar se é aplicada de forma inclusiva e participativa.

Seguindo a Portaria nº 2.761, de 19 de novembro de 2013, estabelecida pelo Ministério da Saúde, que institui a Política Nacional de Educação Popular no âmbito do SUS, ela traz os seguintes princípios: diálogo; amorosidade; problematização; construção compartilhada do conhecimento; emancipação e o compromisso com a construção do projeto democrático e popular. E, como eixos estratégicos, a participação, controle social e gestão participativa; a formação, comunicação e produção de conhecimento; o cuidado em saúde; e a intersetorialidade e diálogos multiculturais.

Nessa direção, a partir de uma perspectiva de colaboração, o pedagogo pode dentro do ambiente da saúde, por meio de suas intervenções metodológicas educativas, oferecer uma escuta mais atenta para com as gestantes, direcionando ao bebê estímulos que fortaleçam cada vez mais os vínculos.

Desmistifica-se a ideia de que o pedagogo só pode atuar em ambiente escolar, posto que pode atuar em espaços não formais também; como já preconizava o pedagogo alemão Schmied-Kowarzik, o trabalho do pedagogo é uma prática humana, uma prática social.

A educação é uma função parcial integrante da produção e reprodução da vida social, que é determinada por meio da tarefa natural e, ao mesmo tempo, cunhada socialmente da regeneração de sujeitos humanos, sem os quais não existiria nenhuma práxis social. A história do progresso social é simultaneamente também um desenvolvimento dos indivíduos em suas capacidades espirituais e corporais e em suas relações mútuas. A sociedade depende tanto da formação e da evolução dos indivíduos que a constituem, quanto estes não podem se desenvolver fora das relações sociais (LIBÂNEO, 2001, p. 7).

Voltando à Portaria nº 2.761, de 19 de novembro de 2013, que é uma diretriz dentro do ambiente da saúde, nela são elencados alguns princípios de que o pedagogo pode trabalhar nesta educação pré-natal dentro do conceito social da educação popular.

Partindo do diálogo, podem-se criar e estimular histórias e processos de humanização aliados à amorosidade, que faz as relações se ampliarem para com os

Revista Gepesvida

próximos. A problematização pode aliar questões de saúde e relações, junto a uma construção compartilhada das melhores dicas às gestantes, melhores procedimentos que vão se tornando um processo de libertação, dando voz ao grupo e construindo uma sociedade mais justa, mais humana e que ouve e constrói junto.

A educação popular traz consigo participação e protagonismo, pois se constrói conjuntamente no compartilhar das experiências, vivências e interação social. É neste contexto que entra o papel do pedagogo como mediador do processo na busca pela reflexão crítica, possibilitando aos envolvidos tonarem-se protagonistas de sua história e de suas construções. Esse pedagogo pode, por meio de técnicas, rodas de conversa e relaxamento, buscar abordar questões que podem refletir como ponto de partida de dúvidas, de incertezas, de processos de se sentir mais seguro.

Nessa conjuntura de intervenção, o pedagogo promove a participação efetiva das gestantes, abordando práticas educativas e estabelecendo vínculos com ensino-aprendizagem, levando informações e práticas educativas maternas dentro do ambiente de saúde, fortalecendo os vínculos entre mãe e bebê, além de desenvolver as relações e a participação social entre profissionais que, juntos, atuarão em prol do desenvolvimento de uma conjuntura de reflexões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensando em educação popular, refletimos sobre a criança como protagonista deste processo. Uma mudança paradigmática, uma proposta ao redirecionamento de um trabalho, uma melhor compreensão envolta pela perspectiva emancipatória. Cabe ressaltar que, dentro de uma educação popular, via Sistema Único de Saúde, a importância da oferta do pré-natal estende-se a todos que circundam o contexto familiar. Tais experiências gestacionais perpassarão o bem-estar, trarão memórias afetivas e, posteriormente, um futuro melhor, uma condição mais humana. Seria a preparação um investimento ao futuro, que pode ser executado pela figura do pedagogo, por meio das mediações.

Em análise, a portaria que traz o Programa de Humanização no Pré-natal e Nascimento, em suas diretrizes e conduções dentro do ambiente SUS, faz perceber que

Revista Gepesvida

no Brasil, inicialmente, tal trabalho era exercido pelas parteiras. Posteriormente, com o surgimento do Programa de Humanização no Pré-Natal e Nascimento (PHPN) e dos processos de industrialização, foi possível pensar a respeito de um programa que pudesse acompanhar a evolução da ciência e dar melhores condições às mulheres e a seus bebês durante o período gestacional.

Nesse movimento coletivo para possíveis transformações é que a educação popular emerge e esse pedagogo, por intermédio de sua técnica e de conhecimento científico, poderá promover a interação coletiva e a participação efetiva das gestantes usuárias do Sistema Único de Saúde, além de uma conjuntura de reflexões.

O pedagogo muito contribuirá em termos de um planejamento que vai além de informações advindas das políticas públicas, uma vez que este profissional poderá apontar possíveis caminhos, a partir de uma contextualização da realidade dos usuários do Sistema Único de Saúde. Outra questão importante neste processo é a utilização de metodologia, a qual irá ao encontro de uma maior efetividade no processo de formação das gestantes e, em uma perspectiva dialógica, seguramente o Pedagogo desenvolverá um trabalho muito importante, que é o trabalho de escuta. Essas conduções, aliadas ao processo de educação pré-natal e cuidados com saúde, constituirão uma educação popular com projeções humanizadoras, dando-lhes oportunidade, potencializando a transformação, o protagonismo e a evolução do ser.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Marina Patrício de. **A prática da mediação em busca de um mediador de emoções**. Pelotas: Seiva, 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Educação Popular em Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 27. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. 59. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

FRIEDMANN, Adriana. **A vez e a voz das crianças: escutas antropológicas e poéticas das infâncias**. 1. ed. São Paulo: Panda Books, 2020.

Revista Gepesvida

LIBÂNEO, J. C. Pedagogia e pedagogos... **Educar**, Curitiba, n. 17, p. 153-176, 2001. Editora da UFPR.

STHAL, Hellen Cristina; LEAL, Cátia Regina Assis Almeida. Educação popular como política de saúde: interfaces com a formação profissional em saúde. **Cadernos de Pesquisa – PPGE**, v. 24, n. 2, maio/ago. 2017. Disponível em: <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/7518>.

VASCONCELOS, E. M. Victor Valla e o movimento da educação popular em saúde. *In*: GARCIA, R. L. (Org.). **Victor Vincent Valla: companheiro de lutas, de ideias, de vida**. Recife: ANPEd, UFPE; CEAD, 2009. p. 31-38.

WINNICOTT, Donald W. **Os bebês e suas mães**. São Paulo: Ubu, 2020.

Data de submissão: 25-10-2022

Data de aceite: 20-11-2022